



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

CADERNO DE QUESTÕES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 02/2026

—— Cargos de Técnicos Administrativos em Educação - TAEs ——

CARGO

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Código: 11 a 16

MATÉRIA

QUESTÕES

Língua Portuguesa

01 a 05

Raciocínio Lógico

06 a 10

Informática

11 a 13

Legislação e Contexto Histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica

14 a 20

Conhecimentos Específicos / Conforme o cargo

21 a 50

ATENÇÃO

Transcreva, no espaço apropriado da sua GRADE DE RESPOSTAS (Folha Óptica), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Ler é cultivar o saber.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.



FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



INSTRUÇÕES

- 1 Após o recebimento dos materiais, é de responsabilidade da pessoa candidata conferir seus dados pessoais, especialmente nome, documento de identificação e área de inscrição, comunicando imediatamente ao fiscal qualquer divergência identificada.
- 2 Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 As respostas da Prova Objetiva deverão ser assinaladas na Grade de Respostas mediante o preenchimento integral da elipse correspondente à alternativa escolhida, com caneta esferográfica de ponta grossa e tinta azul ou preta, conforme orientação constante na referida grade.
- 5 **A pessoa candidata que comparecer para realizar a prova não deverá, sob pena de ser excluída do certame, portar relógios, armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, pagers, notebooks, telefones celulares, pen drives ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhe cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, exceto quando sua utilização for previamente autorizada pela Comissão do Concurso, em razão de atendimento especial deferido, ou nas hipóteses previstas em lei.** (conforme subitem 6.5 do Edital de Abertura)
- 6 Após o início da prova, a pessoa candidata deverá permanecer em silêncio, não podendo realizar consultas, comunicar-se com outras pessoas candidatas ou utilizar qualquer recurso não autorizado. (conforme subitem 6.14 do Edital de Abertura)
- 7 Durante a realização das Provas Objetiva, **a pessoa candidata poderá manter sobre a mesa apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente**, e alimentos acondicionados em embalagem transparente. As garrafas deverão permanecer abaixo da mesa. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, grafite, marca-texto, borracha ou corretivo. (conforme subitem 7.5 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a Grade de Respostas, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa Grade de Respostas a partir do número **51** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a Grade de Respostas ao Fiscal da sala.
- 10 A pessoa candidata deverá observar os seguintes tempos e condições:
 - a) **terá 4 (quatro) horas** para realizar as Provas Objetiva, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas;
 - b) deverá permanecer no local de prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da aplicação;
 - c) poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente **após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do início da prova.
- 11 Ao término da prova, a pessoa candidata deverá entregar ao Fiscal de Sala a Grade de Respostas, devidamente preenchidas e assinadas, sendo esses os únicos documentos válidos para correção. O preenchimento desses documentos é de sua inteira responsabilidade e deverá observar as instruções contidas no Edital de Abertura e no caderno de provas. A não entrega desses documentos implicará a eliminação do certame. (conforme subitem 7.9 do Edital de Abertura)
- 12 O descumprimento das instruções deste caderno ou das normas do Edital de Abertura poderá implicar a anulação da prova da pessoa candidata.



Instrução: As questões 01 a 05 referem-se ao texto abaixo.

PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE

01. Os agentes públicos, ante a aplicação _____ teoria
02. do órgão (ou da imputação volitiva), atuam represen-
03. tando a Administração Pública, vale dizer, a vontade do
04. agente público se confunde com a do Estado, poder-
05. dever conferido _____ ele pelo ordenamento jurídico.

06. Não se trata, portanto, de uma relação de mandato,
07. haja vista a impossibilidade de o Estado manifestar sua
08. vontade senão pela atuação do próprio agente público.
09. Não se trata, de igual modo, de uma relação de repre-
10. sentação, uma vez que o Estado é sujeito de direito, ou
11. seja, pessoa jurídica de direito público interno, dotada
12. de personalidade jurídica, capaz de responder _____
13. danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a
14. terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição
15. Federal de 1988.

16. Se o agente público apresenta a Administração
17. Pública, é evidente que sua atuação deve estar alinhada
18. com o princípio fundamental republicano (art. 1º da
19. Constituição Federal de 1988), no qual a Administração
20. Pública deve servir à sociedade, em detrimento de uma
21. Administração Patrimonial, em que os cargos públicos
22. são tidos como "propriedade" do soberano, e, conse-
23. quentemente, os agentes públicos agem para garantir
24. a proteção e os interesses desse soberano e dos seus
25. "apadrinhados", e não o interesse público.

26. Servir à *res publica*, assim, significa atuar de modo
27. impessoal, sem preferências, favoritismos, corporati-
28. vismos, mas também sem perseguições, sectarismos,
29. acossamentos.

30. A expressão "imparcialidade" representa o antônimo
31. da expressão "parcialidade". Ser parcial significa possuir
32. um interesse específico, logo, quem é parcial, natural-
33. mente terá a tendência a proteger o seu interesse. O
34. próprio conceito de "parte", para fins processuais,
35. indica se tratar de um sujeito parcial, uma vez que
36. possui interesse específico que a decisão lhe seja favo-
37. rável.

38. O agente público, principalmente aquele dotado de
39. poder de decisão, não pode agir visando a proteger seus
40. interesses pessoais ou mesmo dos administrados; ao
41. revés, deve estar interessado, apenas, em aplicar o
42. ordenamento jurídico e prestar um bom serviço público.

43. É importante destacar que a imparcialidade não se
44. confunde com a neutralidade. Ser neutro significa
45. distanciar-se absolutamente do objeto de análise,
46. evitando levar em consideração as experiências de
47. vida, as memórias, _____ é uma utopia.

Adaptado de: PAULA, E. L. N. de. Reforma Administrativa: novos princípios da Administração Pública. Revista do TCU, n. 146, 2020, p. 38-40. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/91>>. Acesso em: 07 jul. 2026.

01. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 01, 05, 12 e 47, nesta ordem.

- (A) da – à – aos – de que
- (B) da – a – pelos – em que
- (C) da – a – pelos – o que
- (D) de – à – aos – o que
- (E) de – à – pelos – no que

02. Abaixo são feitas algumas afirmações acerca de ideias veiculadas pelo texto.

- I - Segundo o texto, com base na teoria do órgão, a vontade do agente público, quando atua nessa qualidade, confunde-se com a vontade do Estado.
- II - Segundo o texto, a imparcialidade exige que o agente público se afaste completamente de suas experiências de vida e de suas memórias ao tomar decisões.
- III- Segundo o texto, servir à *res publica* implica atuar em prol de favoritismos, corporativismos, perseguições ou sectarismos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

03. Considere as afirmações abaixo a respeito dos tempos e modos verbais utilizados no texto.

- I - Os verbos **atuam** (l. 02) e **se confunde** (l. 04), empregados no primeiro parágrafo, estão conjugados no presente do indicativo.
- II - As formas verbais **causarem** (l. 13) e **seja** (l. 36) estão conjugadas no mesmo tempo e modo verbal.
- III- A forma verbal **terá** (l. 33) está conjugada no futuro do presente do indicativo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

- 04.** No bloco superior abaixo, estão palavras retiradas do texto; no inferior, descrições relacionadas à formação de palavras.
Associe corretamente o bloco inferior ao superior.

- () **poder-dever** (l. 04-05)
() **imparcialidade** (l. 30)
() **ordenamento** (l. 42)
() **absolutamente** (l. 45)

- (1) Constituída por composição por justaposição, sem alteração significativa dos elementos formadores.
(2) Constituída por prefixo com sentido de negação e por sufixo formador de substantivo abstrato a partir de adjetivo.
(3) Constituída por sufixo formador de substantivo a partir de verbo.
(4) Constituída por sufixo formador de advérbio a partir de adjetivo.
(5) Constituída por composição por aglutinação, com alteração fonética de um dos elementos formadores.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
(B) 1 – 2 – 3 – 4.
(C) 5 – 2 – 3 – 4.
(D) 1 – 2 – 4 – 3.
(E) 5 – 3 – 2 – 1.

- 05.** Se a expressão **O agente público** (l. 38), no penúltimo parágrafo do texto, fosse substituída por **Os agentes públicos**, quantas outras alterações seriam necessárias, para fins de concordância, até o final desse parágrafo?

- (A) Uma.
(B) Duas.
(C) Três.
(D) Quatro.
(E) Cinco.

- 06.** Para garantir que, em uma sala de aula, haja pelo menos duas pessoas que aniversariam no mesmo mês do ano de 2027, é condição necessária que nesta sala existam, no mínimo,

- (A) 12 pessoas.
(B) 13 pessoas.
(C) 24 pessoas.
(D) 25 pessoas.
(E) 26 pessoas.

- 07.** Considere a afirmação abaixo.

Andrade é escritor ou Cecília é estudante.

A negação lógica para a afirmação é

- (A) Andrade não é escritor ou Cecília não é estudante.
(B) Andrade é estudante ou Cecília é escritora.
(C) Andrade não é escritor e Cecília não é estudante.
(D) Se Andrade não é escritor, então Cecília é estudante.
(E) Se Andrade é escritor, então Cecília é estudante.

- 08.** Abaixo são apresentados os quatro primeiros termos de uma sequência numérica que possui um padrão de construção.
10, 18, 28, 40, ...

Utilizando esse padrão de construção, os números que correspondem ao sétimo termo e ao décimo termo da sequência são, respectivamente,

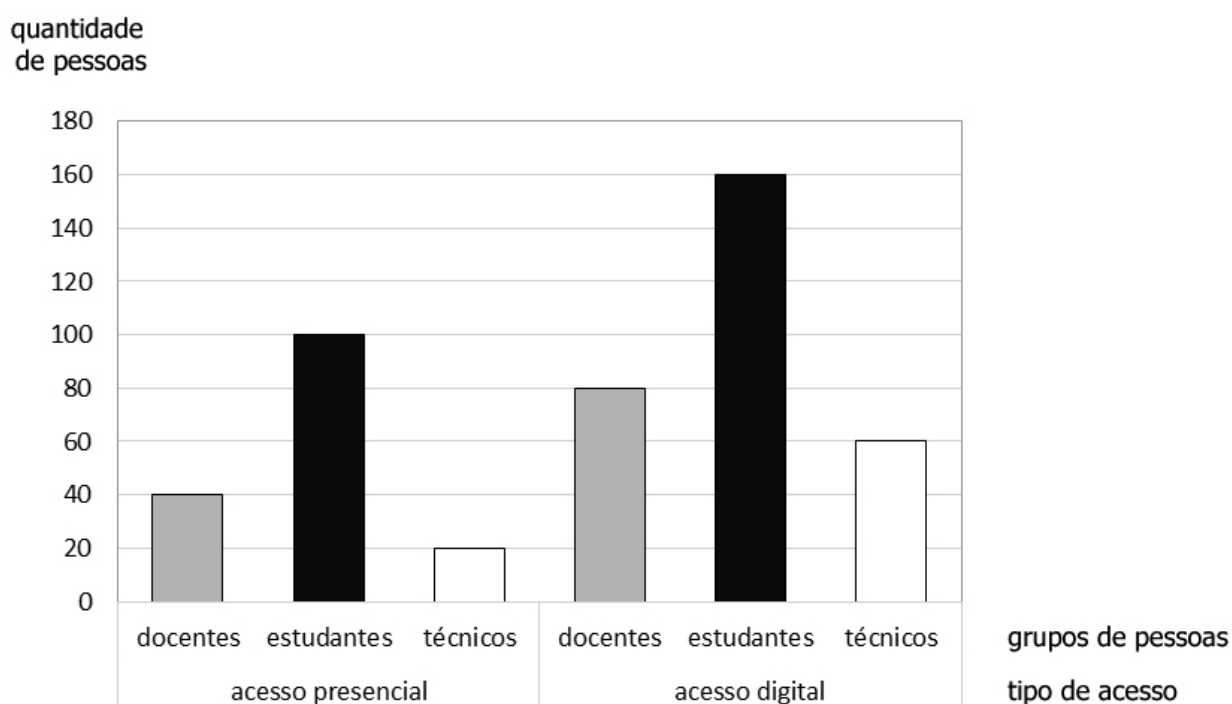
- (A) 70 e 130.
(B) 70 e 154.
(C) 88 e 130.
(D) 88 e 154.
(E) 108 e 180.

- 09.** Em quatro caixas iguais e não transparentes foram colocadas bolas das cores vermelha, amarela e branca da seguinte maneira: uma caixa contém apenas bolas vermelhas; outra caixa contém apenas bolas amarelas; duas caixas contêm apenas bolas brancas. Em seguida as caixas foram fechadas e etiquetadas com a indicação da cor das bolas contidas em cada caixa, sendo uma etiqueta vermelha, uma etiqueta amarela e duas etiquetas brancas. No entanto, ao colocar as etiquetas, todas foram colocadas erradas.

Para corrigir a identificação da cor das bolas contidas em cada caixa é suficiente abrir

- (A) a caixa com a etiqueta vermelha.
- (B) a caixa com a etiqueta amarela.
- (C) uma caixa com a etiqueta branca.
- (D) as duas caixas com a etiqueta branca.
- (E) uma caixa com a etiqueta branca e a caixa com a etiqueta amarela.

- 10.** O gráfico abaixo representa a distribuição do número de docentes, técnicos e estudantes que acessaram, em maio de 2026, a biblioteca de uma instituição.



Sabe-se que cada membro de cada grupo acessa a biblioteca apenas de uma das seguintes duas maneiras: acesso presencial e acesso digital. Com base nessas informações e nos dados do gráfico, considere as afirmações abaixo.

- I - Em relação ao total de estudantes que acessaram a biblioteca em maio de 2026, a porcentagem de estudantes que acessaram a biblioteca presencialmente é maior do que 40%.
- II - O número de docentes que acessaram presencialmente a biblioteca representa menos de 30% do total de docentes que acessaram a biblioteca em maio de 2026.
- III- O total de pessoas que compõem os três grupos, docentes, estudantes e técnicos, que acessaram a biblioteca em maio de 2026 é 460.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

- 11.** Considere a planilha reproduzida na figura abaixo, elaborada no LibreOffice Calc, versão 7.0 ou superior, com interface em português do Brasil e configurações padrão de idioma e de separador de argumentos (ponto e vírgula).

	A	B	C
1	27/09/2026	12	5
2	19	7	26
3	9,4	-4	10
4	6	17	1
5	3	16	9

Qual das fórmulas a seguir, se inserida em uma célula vazia, retorna o valor 19?

- (A) =PROCV(A2;A1:B5;2;0)
 (B) =CONCATENAR(A4;A5)
 (C) =B4+B1/A4
 (D) =SE(B4>B1;B4-B1;B1-B4)
 (E) =MÉDIA(B1:C2)

- 12.** Considere as afirmações abaixo sobre a autenticação em duas etapas (2FA).

- I - Ela combina, à senha (algo que o usuário sabe), um segundo fator de natureza distinta, de modo que a obtenção isolada da senha — por exemplo, em um vazamento de dados — não seja suficiente para o acesso indevido à conta.
- II - O código temporário (TOTP) gerado por um aplicativo autenticador instalado no celular do usuário caracteriza um fator do tipo "algo que o usuário possui", pois sua geração depende da posse do dispositivo e de uma chave secreta nele armazenada.
- III - Por depender da posse de um aparelho celular vinculado a um número de linha, o recebimento de código via SMS oferece o mesmo nível de segurança do aplicativo autenticador, uma vez que ambos os métodos se baseiam no mesmo tipo de fator.
- IV - Ainda que reduza substancialmente o risco de invasões por senhas vazadas ou reutilizadas, 2FA não elimina totalmente o risco de comprometimento da conta, podendo ser contornado por ataques de *phishing* em tempo real que capturam tanto a senha quanto o código válido no momento do login.
- V - Por adicionar uma camada extra de proteção, a ativação de 2FA torna dispensável o uso de senhas distintas para cada serviço, já que o segundo fator protege igualmente todas as contas do usuário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e IV.
 (B) Apenas I, III e V.
 (C) Apenas II, III e IV.
 (D) Apenas I, II, III e IV.
 (E) Apenas I, II, IV e V.

- 13.** Um servidor precisa enviar, por correio eletrônico, um comunicado a 42 participantes de um evento externo, sem que cada destinatário tome conhecimento dos endereços dos demais, em observância à proteção de dados pessoais.

Considere as afirmações abaixo sobre essa situação.

- I - Ao inserir os 42 endereços no campo Cco, cada destinatário recebe a mensagem sem visualizar os endereços dos demais participantes incluídos nesse campo.
- II - Caso os endereços fossem inseridos no campo Cc, ainda que não constassem do campo Para, todos os 42 participantes teriam acesso à lista completa de e-mails uns dos outros.
- III - Se um dos destinatários incluídos em Cco utilizar a opção "Responder a todos", sua resposta será automaticamente encaminhada aos demais 41 participantes, pois o cabeçalho original com todos os destinatários é reconstituído a partir dos metadados do servidor de envio.
- IV - Ainda que corretamente utilizado, o campo Cco não impede que o conteúdo do comunicado seja copiado e reencaminhado por qualquer destinatário a terceiros, de modo que a confidencialidade da lista de endereços não garante, por si só, o sigilo do teor da mensagem.
- V - Os endereços de e-mail inseridos no campo Cco (Com cópia oculta) recebem o e-mail criptografado, e não podem encaminhá-lo para outros destinatários.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas I, II, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

- 14.** Sobre o contexto histórico da implantação da Educação Profissional no Brasil, é correto afirmar que

- (A) o Decreto nº 7.566, de 1909, criou Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito, com o objetivo de formar operários e contra mestres.
- (B) as Escolas de Aprendizes Artífices ofereciam exclusivamente cursos de nível superior em Engenharia Industrial, em razão das crescentes demandas do processo de industrialização do País.
- (C) a implantação da educação profissional federal ocorreu apenas com a criação dos Institutos Federais, pela Lei nº 11.892/2008.
- (D) as Escolas de Aprendizes Artífices, desde sua criação em 1909, estavam vinculadas às universidades federais, responsáveis pela organização de suas atividades de ensino.
- (E) o Decreto nº 7.566/1909, que é um marco no contexto histórico da educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, restringiu a oferta do ensino profissional às regiões Sul e Sudeste do País, em razão da maior concentração de atividades industriais.

- 15.** A trajetória histórica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) está relacionada às transformações ocorridas na educação profissional federal no Brasil. Sobre sua constituição, é correto afirmar que

- (A) a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, criada em 1909, foi transformada diretamente em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina pela Lei nº 11.892/2008, sem a criação de outras instituições federais intermediárias.
- (B) a Escola Técnica Federal de Santa Catarina passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina em 2002, após sua transformação em Cefet-SC.
- (C) o IFSC tem sua origem na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, criada em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha, passando por diferentes denominações institucionais, como Escola Industrial, Escola Técnica Federal de Santa Catarina e Cefet-SC, até sua transformação em Instituto Federal pela Lei nº 11.892/2008.
- (D) a Escola Técnica Federal de Santa Catarina foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina em 2006, por meio de decreto presidencial, antes da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- (E) o Cefet-SC foi criado em 1909 como denominação inicial da instituição, pelo então Presidente Nilo Peçanha, permanecendo com essa designação até a criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008.

16. Nos termos da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem natureza jurídica de autarquia e, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, são equiparados às

- (A) escolas técnicas estaduais.
- (B) fundações públicas de direito privado.
- (C) secretarias estaduais de educação.
- (D) empresas públicas federais.
- (E) universidades federais.

17. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, após cumprir o estágio probatório e ser aprovado nas condições legais de desempenho, adquirirá

- (A) efetividade e direito à licença-prêmio por assiduidade.
- (B) estabilidade no serviço público.
- (C) direito à aposentadoria compulsória antecipada.
- (D) vitaliciedade no cargo.
- (E) direito à remoção automática para qualquer unidade da Federação.

18. Nos termos da Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023, no preenchimento das vagas reservadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, 50% (cinquenta por cento) dessas vagas deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda familiar bruta mensal per capita igual ou inferior a:

- (A) meio salário-mínimo per capita.
- (B) 1,5 (um salário-mínimo e meio) per capita.
- (C) 2 (dois) salários-mínimos per capita.
- (D) 1 (um) salário-mínimo per capita.
- (E) 3 (três) salários-mínimos per capita.

19. Segundo o § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os

- (A) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- (B) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, exclusivamente os fatores médicos relacionados à mobilidade e à condição de saúde da pessoa, além da limitação no desempenho de atividades laborais.
- (C) fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, o histórico educacional e profissional como critérios determinantes e a existência de diagnóstico clínico da deficiência exclusivamente estabelecido por médico neurologista.
- (D) fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, a existência de laudo médico, o diagnóstico da deficiência e o grau de comprometimento funcional definido exclusivamente por profissional da área da saúde.
- (E) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, as características pessoais do indivíduo, o tempo de tratamento realizado e os recursos terapêuticos utilizados no acompanhamento da condição de saúde.

20. A Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, ampliou para 30% a reserva de vagas em concursos públicos federais para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, revogando a Lei nº 12.990/2014. Segundo o art. 11 dessa Lei, a nova reserva

- (A) aplica-se retroativamente a todos os concursos em andamento, inclusive aos que já tiverem prova objetiva realizada.
- (B) depende de regulamentação por decreto para produzir qualquer efeito, não tendo vigência imediata nos concursos em andamento.
- (C) não se aplica aos concursos públicos e aos processos seletivos simplificados cujos editais de abertura tenham sido publicados antes de sua entrada em vigor, que permanecem regidos pela Lei nº 12.990/2014.
- (D) aplica-se exclusivamente aos concursos das empresas públicas e sociedades de economia mista, excluindo a administração direta e as autarquias federais.
- (E) determina que a participação de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas em todas as etapas do certame ocorrerá mediante classificação exclusiva entre os candidatos que concorrem às vagas reservadas, independentemente da classificação na ampla concorrência, nos termos de regulamento.

21. Na literatura sobre concepções de educação, a chamada "educação bancária" é caracterizada como aquela em que

- (A) o educador assume a posição de sujeito do processo educativo, narrando ou depositando conteúdos que os educandos, concebidos como meros receptores, devem memorizar e repetir, sem que se estabeleça uma relação dialógica de construção do conhecimento.
- (B) o educador e educando constroem juntos o conhecimento, a partir da problematização da realidade concreta em que vivem.
- (C) o conteúdo curricular é definido exclusivamente pelos educandos, sem qualquer mediação do educador.
- (D) se prioriza o desenvolvimento de competências e habilidades por meio de metodologias centradas na resolução de problemas e na aprendizagem ativa, tendo o educador como mediador do processo.
- (E) o processo de ensino-aprendizagem ocorre fora da instituição escolar, em espaços exclusivamente comunitários.

22. No campo da Psicologia da Educação, em relação à motivação para a aprendizagem, é correto afirmar que

- (A) a motivação dos estudantes depende exclusivamente de características individuais, não sendo influenciada pelas práticas pedagógicas ou pelo ambiente escolar.
- (B) a utilização de recompensas e estímulos é suficiente para garantir o engajamento e a aprendizagem de todos os estudantes.
- (C) a motivação para aprender resulta da interação entre fatores pessoais, sociais e pedagógicos, podendo ser favorecida por práticas de ensino que promovam participação, autonomia e significado para a aprendizagem.
- (D) os estudantes motivados apresentam, necessariamente, melhor desempenho acadêmico em qualquer contexto educacional, por decorrer esse desempenho exclusivamente da autodeterminação e da força de vontade individual.
- (E) a motivação constitui um traço permanente da personalidade, permanecendo estável independentemente das experiências vividas no contexto escolar.

23. Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a educação é compreendida como

- (A) um fenômeno estritamente biológico, decorrente da maturação natural do indivíduo, independentemente das relações sociais.
- (B) uma prática social cujo papel é a produção, direta e intencional, em cada indivíduo singular, da humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.
- (C) uma prática instrucional que deve manter neutralidade diante das relações de produção e dos conflitos presentes na sociedade.
- (D) um processo centrado na construção autônoma do conhecimento pelos estudantes, no qual a mediação pedagógica tem como função principal acompanhar as aprendizagens realizadas pelos próprios alunos, sem uma intencionalidade educativa previamente organizada.
- (E) uma prática voltada prioritariamente à adaptação dos indivíduos às demandas do mercado de trabalho, com ênfase no desenvolvimento de competências técnicas e na reprodução dos conhecimentos necessários à inserção profissional.

24. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por lei federal e com vigência decenal, estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias para orientar a política educacional brasileira. Entre seus fundamentos está

- (A) a definição de metas educacionais como mecanismo de planejamento governamental em esfera macrossocial, transformadas automaticamente em objetivos de aprendizagem pelos docentes por meio dos planos de ensino, garantindo a execução das políticas educacionais no espaço escolar.
- (B) a atribuição, exclusivamente à União, da responsabilidade pela oferta de educação básica, desobrigando Estados e Municípios.
- (C) a participação da sociedade civil no acompanhamento e no controle social da execução do PNE, preferencialmente por meio das instituições representativas formalmente constituídas, de modo a assegurar maior racionalidade administrativa e concentrar a avaliação das políticas educacionais nas instâncias de controle e nos órgãos responsáveis pela gestão.
- (D) a definição de metas educacionais com ênfase nos indicadores quantitativos de expansão do atendimento, partindo do princípio de que toda criança matriculada representa, em si, uma aprendizagem efetivamente realizada.
- (E) a articulação entre os diferentes entes federativos, o acompanhamento da implementação das políticas educacionais e a busca pela redução das desigualdades educacionais.

25. As diferentes teorias pedagógicas apresentam concepções distintas sobre o papel do professor e do estudante no processo educativo. Em uma perspectiva em que o ensino é compreendido como mediação intencional para a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, o professor atua como

- (A) transmissor de informações previamente definidas, cabendo ao estudante memorizar os conteúdos e reproduzi-los conforme apresentados.
- (B) organizador de situações de aprendizagem, considerando que o estudante constrói o conhecimento predominantemente de forma autônoma, com baixa intervenção pedagógica.
- (C) mediador do processo educativo, articulando conhecimentos sistematizados, práticas sociais e a formação crítica dos estudantes.
- (D) facilitador neutro do desenvolvimento individual, evitando interferir nas construções pessoais dos estudantes.
- (E) técnico responsável pela aplicação de métodos e procedimentos previamente definidos, visando ao alcance de objetivos educacionais mensuráveis.

26. No campo do planejamento educacional, é correto afirmar que

- (A) o planejamento educacional compreende diferentes níveis de abrangência, articulados entre si, desde as diretrizes mais amplas até o planejamento do ensino, de modo a assegurar coerência entre as políticas educacionais, o projeto político-pedagógico, o currículo e a prática docente.
- (B) o planejamento curricular orienta a organização do ensino, enquanto o planejamento de ensino pode ser elaborado independentemente das diretrizes estabelecidas no projeto político-pedagógico, desde que atenda às necessidades da turma.
- (C) o projeto político-pedagógico constitui referência para a organização institucional, não sendo necessário que oriente o planejamento de ensino elaborado pelos docentes.
- (D) o planejamento, uma vez elaborado, deve ser considerado uma etapa consolidada, de modo a evitar sua sujeição à avaliação e ao replanejamento ao longo do processo educativo.
- (E) o planejamento constitui procedimento predominantemente administrativo, voltado à organização burocrática da instituição e à elaboração de seus documentos administrativos, desempenhando papel secundário na orientação das decisões pedagógicas.

27. No campo da avaliação da aprendizagem, a literatura especializada critica a predominância de práticas avaliativas que se caracterizam por

- (A) utilizarem os resultados da avaliação para identificar necessidades de aprendizagem e orientar decisões voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.
- (B) acompanharem continuamente o desenvolvimento da aprendizagem, utilizando seus resultados para orientar intervenções pedagógicas ao longo do processo de ensino-aprendizagem.
- (C) favorecerem a participação do estudante na reflexão sobre sua própria aprendizagem como parte do processo avaliativo.
- (D) utilizarem predominantemente os resultados da avaliação para classificar os estudantes, em vez de subsidiar a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.
- (E) voltarem-se ao acompanhamento da qualidade de cursos e instituições, subsidiando processos de gestão e aprimoramento institucional.

28. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a organização da educação nacional compreende

- (A) um único sistema nacional de ensino, unificado e centralizado exclusivamente na União.
- (B) o sistema federal de ensino, os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal e os sistemas municipais de ensino.
- (C) sistemas organizados apenas por etapa de ensino (infantil, fundamental, médio e superior), independentemente do ente federativo mantenedor.
- (D) sistemas privados de ensino, constituídos de forma autônoma por suas entidades mantenedoras, organizados paralelamente aos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino.
- (E) sistemas regionais de ensino, estruturados mediante cooperação entre municípios, com competência compartilhada para a oferta da educação básica.

29. No campo da gestão democrática da escola pública, a literatura especializada critica a adoção, no âmbito escolar, de modelos

- (A) orientados pela descentralização administrativa e pela participação da comunidade escolar na definição das prioridades institucionais.
- (B) fundamentados na autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares, em articulação com os sistemas de ensino.
- (C) baseados na atuação colegiada de diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.
- (D) fundamentados na atuação dos órgãos colegiados como mecanismos de participação na gestão escolar.
- (E) inspirados na administração empresarial, caracterizados pela racionalidade técnica e pela separação entre quem planeja e quem executa.

30. Nos termos da Lei nº 9.394/1996 (LDB), incumbe aos estabelecimentos de ensino

- (A) subordinar a elaboração da proposta pedagógica à prévia expedição de ato autorizativo pelo respectivo sistema de ensino.
- (B) adotar, obrigatoriamente, um modelo padronizado de projeto político-pedagógico, definido nacionalmente, sendo vedadas adaptações às especificidades locais.
- (C) elaborar e executar sua proposta pedagógica, assegurando a participação dos docentes em sua elaboração.
- (D) excluir a participação docente da elaboração da proposta pedagógica, reservando essa atribuição exclusivamente à equipe gestora.
- (E) atribuir eficácia à proposta pedagógica, atendendo o requisito de aprovação pelo respectivo sistema de ensino.

31. Na literatura sobre extensão universitária, há uma tradição de pensamento que problematiza o próprio termo "extensão", associando-o a uma visão

- (A) invasora e mecanicista, que concebe o saber técnico como algo a ser transmitido ou "estendido" a sujeitos passivos, numa relação vertical entre quem sabe e quem não sabe.
- (B) dialógica, na qual educador e educando trocam saberes em condição de igualdade.
- (C) que reforça o protagonismo das comunidades, atribuindo-lhes o papel de sujeitos produtores de conhecimento.
- (D) essencialmente quantitativa, restrita à mensuração de indicadores de impacto social dos projetos universitários.
- (E) idêntica à noção de comunicação, sendo os dois termos, para o autor, absolutamente sinônimos.

32. No campo dos estudos curriculares críticos, a constituição do currículo escolar é compreendida como resultado de processos nos quais

- (A) critérios de natureza técnica orientam a seleção e a organização sequencial dos conteúdos a serem ensinados em determinado período letivo.
- (B) conhecimentos definidos pelas instâncias responsáveis pelas políticas educacionais constituem o fundamento determinante da organização curricular das instituições de ensino.
- (C) as aprendizagens definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determinam o currículo efetivamente desenvolvido nas instituições escolares.
- (D) se expressam relações de poder entre diferentes grupos sociais na definição dos conteúdos, saberes, valores e identidades legitimados pela escola.
- (E) se estabelece equivalência conceitual entre currículo e grade curricular, considerados termos intercambiáveis na organização do ensino.

33. No contexto da educação especial na perspectiva inclusiva, a atuação de equipes multiprofissionais em articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) pressupõe

- (A) a atribuição ao Atendimento Educacional Especializado da responsabilidade pela condução do processo de escolarização dos estudantes por ele atendidos, cabendo aos profissionais das áreas técnicas e aos docentes prestar os apoios complementares necessários.
- (B) a articulação entre diferentes saberes profissionais, mediante planejamento compartilhado e comunicação entre os envolvidos, considerando as singularidades dos estudantes e as demandas identificadas no contexto educacional.
- (C) a vinculação da atuação do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) à prévia apresentação de laudo caracterizador de deficiência, tomado como fundamento para a definição das medidas de acompanhamento educacional.
- (D) a organização das intervenções segundo as atribuições próprias de cada área, cabendo à gestão escolar compatibilizar as ações definidas pelos diferentes profissionais.
- (E) a adoção de protocolos uniformes de acompanhamento, definidos a partir das características comuns aos estudantes atendidos pelo AEE.

34. Em relação às abordagens curriculares, é correto afirmar que, enquanto a multidisciplinaridade se caracteriza pela justaposição de disciplinas em torno de um mesmo tema, sem articulação metodológica ou conceitual entre si, a interdisciplinaridade

- (A) promove a integração entre as disciplinas, conduzindo à superação de suas especificidades como campos autônomos de conhecimento.
- (B) corresponde a uma modalidade de organização curricular cuja distinção em relação à multidisciplinaridade apresenta caráter predominantemente terminológico.
- (C) organiza-se a partir da contribuição predominante de uma disciplina, responsável pela integração dos conhecimentos provenientes das demais áreas.
- (D) organiza-se a partir da atuação colaborativa entre diferentes profissões, integrando competências e responsabilidades para o desenvolvimento das práticas formativas na Educação Profissional e Tecnológica.
- (E) pressupõe a interação e o diálogo entre diferentes disciplinas, mediante a articulação de métodos, conceitos e perspectivas, com vistas à compreensão integrada do objeto de estudo.

35. Na literatura sobre educação profissional, a concepção de Ensino Médio Integrado busca superar a dualidade estrutural entre formação geral e formação profissional, propondo

- (A) a organização da formação profissional em momento anterior à consolidação da formação geral, como estratégia de aproximação entre educação básica e mundo do trabalho.
- (B) a organização curricular orientada prioritariamente pelas demandas do setor produtivo, atribuindo à formação propedêutica função subsidiária no processo educativo.
- (C) a formação integral do estudante, compreendendo trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da prática educativa, superando a fragmentação entre formação geral e formação profissional.
- (D) a organização de percursos formativos distintos, destinados à preparação para o ensino superior ou para a inserção imediata no mundo do trabalho.
- (E) a organização do currículo com predominância da formação técnico-profissional, atribuindo aos conhecimentos científicos e culturais papel subsidiário.

36. Em relação às formas de articulação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), é correto afirmar que

- (A) o curso técnico integrado destina-se exclusivamente aos estudantes que já concluíram o ensino médio e buscam habilitação profissional em área específica.
- (B) o curso técnico concomitante caracteriza-se pela oferta de formação geral e formação técnica em um único currículo, com matrícula única e desenvolvimento de projeto pedagógico integrado.
- (C) o curso técnico subsequente destina-se a estudantes que já concluíram o ensino médio, sendo ofertado independentemente da concomitância com essa etapa da educação básica.
- (D) a oferta integrada pressupõe matrículas distintas para o ensino médio e para a formação técnica, ainda que ambas ocorram na mesma instituição de ensino.
- (E) as formas integrada, concomitante e subsequente distinguem-se essencialmente pela carga horária dos cursos, preservando a mesma organização curricular e os mesmos requisitos de ingresso.

37. As políticas de ações afirmativas no campo educacional, como as reservas de vagas previstas na legislação brasileira, fundamentam-se, entre outros princípios, na compreensão de que

- (A) a igualdade formal perante a lei constitui fundamento suficiente para assegurar igualdade de oportunidades no acesso à educação.
- (B) a adoção de reservas de vagas constitui exceção ao princípio da igualdade, justificando-se apenas em situações de discriminação individual comprovada.
- (C) o mérito acadêmico deve constituir o principal critério para o acesso às instituições públicas de ensino, independentemente das condições sociais e educacionais de origem dos candidatos.
- (D) tratar desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades, constitui mecanismo voltado à promoção da igualdade material e à redução de desvantagens históricas enfrentadas por determinados grupos sociais no acesso à educação.
- (E) as ações afirmativas apresentam natureza permanente, independentemente das transformações sociais e da avaliação de seus resultados.

38. No campo educacional, a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) à prática pedagógica pressupõe

- (A) orientar-se prioritariamente pela ampliação do acesso a recursos tecnológicos, subordinando as metodologias de ensino às potencialidades das ferramentas disponíveis.
- (B) as TICs estejam articuladas a uma reflexão pedagógica sobre os processos de ensino e aprendizagem, funcionando como mediação que amplia as possibilidades de comunicação, interação e acesso à informação, sem prescindir da intencionalidade pedagógica do educador.
- (C) privilegiar a autonomia dos estudantes na utilização dos recursos digitais, cabendo ao professor regulamentar sua utilização, tomando essa medida como estratégia suficiente para promover a aprendizagem.
- (D) concentrar-se na utilização de recursos tecnológicos voltados à transmissão e ao compartilhamento de conteúdos, independentemente das estratégias de interação, mediação pedagógica e construção do conhecimento.
- (E) fundamentar-se na adoção de plataformas e recursos digitais institucionalmente homologados, como condição suficiente para qualificar os processos de ensino e aprendizagem.

39. O enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) na educação caracteriza-se por

- (A) compreender o desenvolvimento científico e tecnológico como processo que determina, por si só, as transformações sociais, cabendo aos especialistas definir suas aplicações.
- (B) orientar o ensino para a apropriação dos conceitos científicos e tecnológicos, considerando secundária a análise de seus condicionantes históricos, sociais, políticos e ambientais.
- (C) compreender a ciência e a tecnologia como atividades neutras e autônomas, desenvolvidas independentemente dos contextos históricos, sociais, econômicos e políticos.
- (D) promover a alfabetização científico-tecnológica dos estudantes, favorecendo a compreensão crítica das relações entre ciência, tecnologia e sociedade e sua participação em processos de tomada de decisão sobre questões sociocientíficas.
- (E) priorizar o domínio dos conhecimentos científicos como condição suficiente para a formação cidadã e para a compreensão dos impactos do desenvolvimento tecnológico.

40. No campo das políticas públicas educacionais, os indicadores educacionais têm como principal finalidade

- (A) produzir medidas capazes de explicar, de forma objetiva e suficiente, a qualidade da educação, independentemente das condições sociais, econômicas e institucionais em que ocorre o processo educativo.
- (B) subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais, fornecendo informações que devem ser interpretadas em conjunto com outros elementos do contexto educacional.
- (C) mensurar prioritariamente o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, tomando esse resultado como principal indicador da qualidade da educação.
- (D) substituir os processos de avaliação institucional, constituindo-se como mecanismo suficiente para orientar a tomada de decisões no âmbito das políticas educacionais.
- (E) fundamentar-se na produção de estatísticas descritivas, utilizando-as como referência suficiente para a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais.

41. Na literatura sobre gestão escolar, sustenta-se que a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes pressupõe o desenvolvimento de políticas institucionais articuladas que integrem gestão, práticas pedagógicas, currículo, acompanhamento acadêmico, inclusão e assistência estudantil,

- (A) compreendendo a retenção escolar como estratégia pedagógica para a promoção da permanência e do êxito dos estudantes.
- (B) atribuindo às ações de assistência estudantil e de acompanhamento acadêmico a responsabilidade pela promoção do êxito escolar.
- (C) compreendendo o êxito escolar como resultado predominantemente do esforço e do comprometimento individual dos estudantes.
- (D) reconhecendo o acesso, a permanência e o êxito como dimensões indissociáveis.
- (E) orientando o planejamento institucional exclusivamente pelos indicadores de evasão, retenção e desempenho acadêmico.

42. Na literatura e na legislação sobre educação especial, a inclusão escolar é compreendida de forma distinta da integração escolar, por pressupor que

- (A) a participação dos estudantes com deficiência em classes comuns depende da demonstração de condições de acompanharem o currículo regularmente desenvolvido pela escola.
- (B) a permanência dos estudantes com deficiência em classes comuns pressupõe a oferta de serviços especializados, preservando a organização escolar existente e atribuindo ao estudante a responsabilidade por sua adaptação.
- (C) a inclusão e a integração escolar constituem modelos de escolarização que se distinguem apenas quanto à intensidade dos apoios oferecidos aos estudantes.
- (D) a escola deve reorganizar suas práticas, currículos, recursos e formas de participação para assegurar o direito à aprendizagem e à participação dos estudantes público-alvo da educação especial, reconhecendo a diversidade como princípio da ação educativa.
- (E) a educação especial constitui modalidade transversal destinada a assegurar recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização dos estudantes público-alvo, atribuindo aos professores da educação especial a responsabilidade pela efetivação da inclusão escolar.

43. Na literatura sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sustenta-se que

- (A) a organização da EJA deve considerar as idades mínimas previstas na legislação como principal referência para a definição dos currículos, dos tempos e das metodologias da modalidade.
- (B) a organização do processo educativo deve reconhecer as especificidades dos sujeitos jovens e adultos, suas trajetórias de vida, trabalho e exclusão escolar, exigindo uma pedagogia que dialogue com essas experiências, e não a mera reprodução de práticas preconcebidas.
- (C) a valorização das experiências de vida e de trabalho dos estudantes deve constituir ponto de partida para a aprendizagem, sem influenciar a organização curricular da modalidade.
- (D) a atuação docente deve fundamentar-se nos referenciais pedagógicos da educação básica, eliminando fatores discriminatórios, dispensando a construção de propostas pedagógicas específicas para a modalidade.
- (E) a organização curricular da EJA integrada à Educação Profissional deve orientar-se prioritariamente pelo reconhecimento e certificação dos saberes adquiridos nas experiências de vida e de trabalho dos estudantes, cabendo ao percurso formativo complementar apenas os conhecimentos ainda não certificados.

44. De acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, constituem público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

- (A) estudantes com deficiência e transtornos específicos de aprendizagem que demandem apoio pedagógico especializado ao longo da escolarização.
- (B) estudantes que apresentem dificuldades persistentes de aprendizagem, independentemente da existência de deficiência, transtorno do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.
- (C) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desde que previamente identificados por avaliação clínica e laudo caracterizador da condição.
- (D) estudantes com deficiência matriculados em classes ou escolas especiais, sendo o atendimento em classes comuns admitido apenas quando inviável a oferta de serviços especializados.
- (E) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (atualmente compreendidos no transtorno do espectro autista) e altas habilidades/superdotação.

45. Na literatura sobre gênero e sexualidade no campo educacional, compreende-se que a escola

- (A) assegura a igualdade de tratamento entre estudantes, razão pela qual diferenças de gênero e sexualidade não produzem efeitos relevantes sobre as práticas pedagógicas e os processos de escolarização.
- (B) desempenha função predominantemente voltada à transmissão de conhecimentos científicos, cabendo às famílias a formação relativa às identidades de gênero e às relações de sexualidade.
- (C) constitui um espaço de produção e reprodução de normas, valores e relações sociais que também influenciam a construção das identidades de gênero e sexualidade, razão pela qual essas dimensões integram o debate educacional.
- (D) deve abordar questões relativas a gênero e sexualidade apenas em situações de conflito ou discriminação, preservando o currículo regular de discussões sobre essas temáticas.
- (E) organiza suas práticas pedagógicas a partir de princípios universais de igualdade, sendo inadequado considerar diferenças de gênero e diversidade na organização do trabalho educativo.

46. A legislação educacional brasileira que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas na educação básica estabelece que esse ensino deve

- (A) integrar o currículo da educação básica, desenvolvendo-se no âmbito de todo o currículo escolar, com especial destaque para as áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.
- (B) concentrar-se nas disciplinas da área de Ciências Humanas, cabendo às demais áreas do conhecimento abordar tais conteúdos apenas de forma complementar.
- (C) constituir componente curricular específico, ofertado de forma autônoma das demais disciplinas da educação básica.
- (D) desenvolver-se prioritariamente por meio de atividades comemorativas e projetos temáticos, facultando às escolas sua integração aos componentes curriculares.
- (E) contemplar a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana como conteúdos de livre escolha, cabendo aos sistemas de ensino definir suas diretrizes de inclusão a partir de contextos migratórios.

47. Ao defender a pesquisa como princípio educativo, a literatura especializada sustenta que

- (A) educar pela pesquisa constitui atividade voltada prioritariamente à produção de novos conhecimentos científicos, razão pela qual sua incorporação ao ensino deve ocorrer apenas quando os estudantes dominarem os fundamentos teóricos necessários ao desenvolvimento da investigação.
- (B) educar pela pesquisa na escola tem como finalidade principal favorecer a apropriação dos conhecimentos científicos já consolidados, atribuindo caráter secundário à problematização e à elaboração própria pelos estudantes.
- (C) educar pela pesquisa no contexto educacional caracteriza-se pela utilização de procedimentos metodológicos previamente definidos, prescindindo da problematização da realidade vivenciada pelos estudantes.
- (D) educar pela pesquisa significa formar sujeitos capazes de questionar, reconstruir e produzir conhecimentos de forma crítica, incorporando a investigação como atitude permanente no processo de ensino e aprendizagem.
- (E) educar pela pesquisa constitui estratégia metodológica complementar ao ensino, sendo sua utilização condicionada ao desenvolvimento de projetos específicos de investigação.

48. No campo da educação, a concepção de trabalho como princípio educativo compreende o trabalho como fundamento de uma formação omnilateral, referindo-se à

- (A) organização da formação escolar voltada prioritariamente ao desenvolvimento de competências profissionais requeridas para o exercício de uma ocupação específica.
- (B) compreensão do trabalho, em seu sentido ontológico, como atividade humana fundante da produção da existência social, capaz de articular as dimensões intelectual, física, ética, estética e tecnológica da formação humana.
- (C) compreensão de que a formação para o trabalho deve constituir finalidade exclusiva da educação profissional, permanecendo a formação geral voltada ao prosseguimento dos estudos e desvinculada da preparação para a vida profissional.
- (D) organização do currículo a partir das competências e habilidades demandadas pelo setor produtivo, tomando a inserção no mercado de trabalho como referência principal da formação.
- (E) preparação dos estudantes para sua inserção no mundo do trabalho, compreendendo a formação escolar como etapa voltada predominantemente ao desenvolvimento da empregabilidade.

49. A inserção da extensão nos currículos tem como finalidade

- (A) ampliar as oportunidades de vivências práticas dos estudantes, preservando a autonomia das atividades extensionistas em relação aos objetivos formativos previstos nos cursos.
- (B) integrar as atividades de extensão ao processo formativo dos estudantes, articulando-as ao ensino e à pesquisa e favorecendo a interação dialógica entre a instituição e a sociedade.
- (C) substituir parte das atividades curriculares por ações extensionistas, atribuindo à extensão a função predominante de aplicação prática dos conhecimentos desenvolvidos nos cursos.
- (D) concentrar as atividades de extensão no atendimento às demandas da comunidade externa, cabendo às atividades de ensino e pesquisa responder pelos objetivos formativos dos estudantes.
- (E) organizar atividades de extensão como componente complementar da formação, facultando sua integração aos objetivos de aprendizagem e ao projeto pedagógico do curso.

50. Em relação aos projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, é correto afirmar que

- (A) distinguem-se apenas quanto aos procedimentos administrativos de aprovação e execução, compartilhando os mesmos objetivos institucionais.
- (B) o projeto de extensão caracteriza-se predominantemente pela difusão do conhecimento produzido pela instituição, prescindindo da construção conjunta de ações com a comunidade.
- (C) os projetos de ensino, pesquisa e extensão possuem objetivos próprios, mas articulam-se na perspectiva da indissociabilidade, sendo os de ensino voltados ao processo formativo, os de pesquisa à produção de conhecimentos e os de extensão à interação dialógica com a comunidade.
- (D) os projetos de pesquisa restringem-se ao desenvolvimento de atividades experimentais, não abrangendo investigações de natureza teórica.
- (E) o projeto de ensino caracteriza-se pela organização de atividades voltadas ao desenvolvimento curricular, prescindindo de articulação com ações de pesquisa e extensão.